



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO (IGHD)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

Revista Discente Outras Fronteiras

Equipe Editorial Biênio 2019-2021

Editora-Chefe

Viviane Gonçalves da Silva Costa

Editores de Sessão

Francieli Aparecida Marinato

Luciana Coelho Gama

Rhaisa Marques Botelho Lobo

PPGHIS/UFMT

Coordenador

Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana

Vice-Coordenadora

Profa. Dra. Thaís Leão Vieira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: Ética e Estética do Tempo Presente. Ou da subjetividade como afazer político	4-11
Thiago Costa	
DOSSIÊ TEMÁTICO	
As imposições acerca do ser mulher	12-28
Yasmin Nobre Silva	
Interseccional e espaço urbano: Fazer-Cidade das rabalhadoras ambulantes e sexuais nas práticas de rua	29-49
Aleida Fontoura Batistoti e Gabriela Pinto de Moura	
Estética em transe: Manifestações artísticas em tempo de pandemia	50-67
Vanessa Lopes e Yara dos Santos Costa Passos	
História e Música: Uma reflexão sobre Elis Regina como voz de resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil	68-85
Ivana Veloso de Almeida e Lorena Danielle Santos	
Cronologia da dissolução. Arte e Experiência Estética no século XX	86-102
Thiago Costa e Ariadne Marinho	
Palavra pública, entre o desvio e a reobjetualização: Uma trama para o letreiro luminoso na Arte Contemporânea	103-128
Rodrigo Maceira	

Observing in physics and in arts Sheldon Richmond	129-150
ARTIGOS DE TEMA LIVRE	
Adivinhação, Cura e Feitiçaria: Denúncias sobre práticas mágicas na última visitação do Santo Ofício na América Portuguesa (Grão-Pará, 1763-1769) Andreia Suris e Eduardo Cristiano Hass da Silva	151-172
A Guerra do Paraguai: Teriam as condi�es sanitárias matado mais do que as armas? Alexandre Borella Monteiro	173-198
ENTREVISTA	
Entrevistando Thiago Torres, o “Chavoso da USP” Bruno Miranda e Jadir Carneiro	199-206
RELATÓRIO PIBIC	
Os Quadrinhos estão na escola? A inser�o dos Quadrinhos em escola públicas urbanas no município de Santarém/PA Robson dos Santos Oliveira e Douglas Mota Xavier de Lima	207-214

APRESENTAÇÃO

ÉTICA E ESTÉTICA DO TEMPO PRESENTE

Ou da subjetividade como afazer político

Thiago Costa¹

[...] a arte é considerada política porque mostra os estigmas da dominação, porque ridiculariza os ícones reinantes ou porque sai de seus lugares próprios para transformar-se em prática social

A política é a atividade que reconfigura os âmbitos sensíveis nos quais se definem objetos comuns. Ela rompe a evidência sensível da ordem “natural” que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou à vida privada, votando-os sobretudo a certo tipo de espaço ou tempo, a certa maneira de ser, ver e dizer².

Todo projeto de sociedade inclui, ao mesmo tempo, um ideal ético-político e outro de caráter estético. A determinação dos espaços acompanha uma distribuição dos sujeitos, de suas funções sociais e de suas atribuições privadas. A estética, deste modo, está além da arte e não se submete, na contemporaneidade, aos imperativos excludentes das Belas-Artes. A ética, como um esforço de pensamento e reflexão das condutas individuais e em sociedade, adquire contornos estéticos na medida em que projeta um ideal de comunidade, um modelo de comportamento social cujas propriedades (ou componentes) proporcionem as condições fundamentais para a realização do ser em si. Na linguagem hegeliana, quando o ser e a consciência do ser tornam-se unidade.

Nesse sentido, as reivindicações políticas, as mobilizações e os conflitos que emergiram nos últimos anos do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, como herança e continuidade das disputas que marcaram grande parte da história, apresentam características gradualmente mais complexas. Nuances que a experiência – e que os estudos científicos tomam como objeto de análise – revelam enquanto aspectos imprescindíveis para constituição de um novo modelo de sociedade, da vida em comum. É nessa confluência do sensível com as novas formas de pensamento e idealização das comunidades contemporâneas que apresentamos o dossiê “Ética e Estética do Tempo Presente”.

¹Historiador. Doutorando em Estética e História da Arte pela USP. Docente do IFMT – *campus* Fronteira Oeste/Pontes e Lacerda. Autor de “O Brasil pitoresco de J.B. Debret ou Debret, artista-viajante” (RJ, 2015) e organizador – ao lado de Ariadne Marinho – de “O jardineiro de Napoleão: Alexander von Humboldt e as imagens de um Brasil/América (sécs. XVIII e XIX)” (Curitiba, 2019).

²RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 52 e 60.

Em nosso artigo de abertura, “AS IMPOSIÇÕES ACERCA DO SER MULHER”, a filósofa Yasmin Nobre da Silva historiciza as noções do “ser feminino” e do “ser mulher” no pensamento moderno ocidental, acompanhando as abordagens filosóficas e literárias apresentadas desde René Descartes, Jean-Jacques Rousseau, os filósofos da Ilustração e, mais recentemente, Simone de Beauvoir. Em seu artigo, Silva demonstra que a proposta original de Beauvoir, qual seja, a de reivindicação contestatária ao domínio patriarcal e, por isso, de inegável valor emancipatório para as mulheres de sua época, não contemplava a singularidade da negra e/ou indígena. Beauvoir ocupava um lugar social privilegiado e seus escritos refletiam abertamente a sua situação de mulher europeia, caucasiana, de classe média alta. Conforme Silva, as demandas das mulheres em condições adversas, como as ex-escravizadas, negras e pardas – e, supõe-se, àquelas em situação de rua, domésticas e pobres –, não condiziam com a imagem que Beauvoir representava e defendia. Daí a necessidade de elaboração de um feminismo interseccional, que inclua as nuances de setores sociais então invisibilizados pelo discurso euro e etnocêntrico, pautado pela branquitude. Faz-se pertinente, aqui, a proposta de Linda Alcoff, a saber, a de formulação de uma epistemologia política baseada na pluralidade das identidades sociais³.

É com essa perspectiva ética, vale dizer, de afirmação dos direitos objetivos e das sensibilidades privadas de personagens anônimas das grandes cidades que as arquitetas, especialistas em espaço urbano, Aleida Fontoura Batistoti e Gabriela Pinto de Moura, apresentam o artigo “INTERSECCIONALIDADE E ESPAÇO URBANO: FAZER-CIDADE DAS TRABALHADORAS AMBULANTES E SEXUAIS NAS PRÁTICAS DE RUA”. Aqui, Batistoti e Moura discutem as estratégias empregadas por trabalhadoras e trabalhadores urbanos – ambulantes e sexuais – na busca por condições de existência na metrópole soteropolitana. As autoras destacam o estado vulnerável em que estão expostas, enfatizando os mecanismos institucionais de exclusão e de negação da cidadania – leia-se, dignidade – à essas personagens de trânsito incerto. A incerteza, de fato, bem como a instabilidade, constitui aspecto central da natureza do trabalho e da vida nas ruas. No entanto, e a despeito das representações negativas associadas às suas figuras e atividades, nota-se que essas personagens ambulantes exercem uma função fundamentalmente política ao subverterem a distribuição hierárquica dos espaços. Ao transitarem por brechas descontínuas subvertem, portanto, a partilha sensível das cidades e, assim, constroem novas modalidades de

³ALCOFF, Linda Martin. “Uma epistemologia para a próxima revolução”. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016; pp. 129-143 [originalmente “An epistemology for the next revolution”, publicado em *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 2, 2011, p. 67-78].

experiência. Mesmo que na indiferença e no anonimato, sua presença é ostensiva. Com o seu trânsito incerto e indeterminado, instauram outra configuração do urbano; modelam uma cartografia dos subterrâneos, em que a margem ocupa os centros. Existe, portanto, uma dinâmica cruel de ocupação dos ambientes centrais das urbes pela exclusão das possibilidades de suas vivências. Isto é, a ocupação ou a movimentação nesses espaços dá-se ainda na condição de excluídos: o sentido ou o sentimento de deslocamento, de não-pertencimento, permanece. Assim, Batistoti e Moura assinalam a importância que constituem, tanto para a conformação física do ambiente citadino – em sua engrenagem invisível – quanto para a ideia simbólica das grandes cidades. Além, é claro, da relevância socioeconômica da vida nas ruas para a manutenção de si e dos seus, em uma rede de interdependência e – quando é o caso – de solidariedade.

A pandemia impôs um enorme desafio tanto aos trabalhadores de rua quanto aos artistas ambulantes, ao mesmo tempo dependentes e produtores das espacialidades urbanas. Em “ESTÉTICA EM TRANSE: MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS EM TEMPO DE PANDEMIA”, a artista e produtora cultural, Vanessa Lopes, e a arte-educadora, Yara dos Santos Costa Passos, apresentam as respostas elaboradas por três coletivos artísticos distintos para a crise pandêmica atual. As autoras demonstram como a arte pública e/ou processada em ambientes urbanos se moveu e reagiu diante dos estímulos de uma contemporaneidade perversa, brutal e inesperada. O ambiente público, de fato, é formado pela interação e convívio. No entanto, em um contexto em que os espaços abertos e a interação física foram interditadas, os artistas contemporâneos foram provocados a traçar estratégias por meio das quais as suas realizações tornaram-se não apenas possível, como forneceram condições então insuspeitas para a ampliação das possibilidades da experiência artística e estética.

Ressalta-se aqui a dimensão política das propostas criativas, já que o espaço público é um espaço político por excelência: meio em que interagem indivíduos de diferentes camadas sociais, em que se estabelecem negociações, confluem interesses, coincidem vontades, afloram desacordos. Em que se expõe as subjetividades, enfim. Da mesma forma que a ética e o cuidado de si apresentam características estética, a arte e as formas da arte encerram aspectos e propósitos marcadamente ideológicos. Para Jacques Rancière, a arte é a instância em que tais paradoxos da experiência comum, ou seja, em comunidade, tornam-se mais explícitas. A política, portanto, assume a função de uma instância responsável por novas modalidades de experiência e de compreensão da existência. Deste modo, a estética do político não consiste em uma vontade de arte – em um entendimento conservador e restrito da prática artística, qual seja, a de instância produtora de sensibilidades –. É precisamente o

contrário: consiste na competência ou prática administrativa de ordenação, de distribuição dos espaços e dos corpos e sua implicação nas subjetividades, na formação de dissensos. Nessa partilha do sensível, estimula-se novas formas de pensamento.

Os trabalhadores ambulantes e do sexo reconfiguram a partilha da cidade pelo próprio ato de existência, que em si consiste também em ato de resistência. Já os artistas, desprendidos dos imperativos da sobrevivência, dotam suas ações na cidade com outro sentido. É, portanto, o artista que com sua obra supera os obstáculos simbólicos que afastam os trabalhadores anônimos dos ambientes comuns; embora estejam de fato e de corpo inseridos nesses ambientes, mas em larga medida em função da exclusão. Ao contrário do que afirmava Platão, para quem determinados sítios da *pólis* eram ocupados unicamente por cidadãos desobrigados do labor imperativo, é pelo trabalho (ou a sua negação) que os não-cidadãos ocupam as brechas nos centros das metrópoles contemporâneas.

Assim, na perspectiva da partilha do sensível de Jacques Rancière, nas fissuras ora abertas ora fechadas das cidades, tanto o trabalhador anônimo quanto o artista formam atores políticos: a mera existência, a mobilidade que desafia as hierarquias socioeconômicas, constitui prática ao mesmo tempo ética e estética. Arte e vida se fundem em um programa político e, assim, subversivo. No entanto, o efeito suspensivo que a arte opera na hierarquia dos espaços não confere uma prioridade ou uma suposta ascendência da atividade artística à do trabalho. Em realidade, assinala Rancière, é como trabalho que a arte se integra à vida, realizando assim o projeto moderno⁴.

O emprego da arte como instrumento de contestação é o que orienta as historiadoras Ivana Veloso de Almeida e Lorena Danielle Santos em “HISTÓRIA E MÚSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE ELIS REGINA COMO VOZ DE RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL”, em que as autoras abordam um período não superado da história recente brasileira – e ainda muito presente –, o governo militar (1964-1985). Nesse período, conforme Almeida e Santos, a música assumiu um perfil politizado. Compositores e intérpretes adotaram um conteúdo crítico e amiúde de ironia – de modo a burlar a censura – como formas de estímulo ao pensamento engajado e à ação militante. A ampla difusão da música brasileira em rádios e programas de televisão, notadamente a partir dos Festivais da Música Popular, facilitava a circulação de ideias e ideais contrários ao regime militar. As “canções de protesto”, tornadas populares, apresentavam-se enquanto suportes de expressão da insatisfação das condições de violência institucionalizada impostas ao país.

⁴RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

E a obra de Elis Regina adquiriu estatuto emblemático. Controversa, a cantora participou de eventos ligados ao regime sob o governo Médici e, mais tarde, sua interpretação de composições de evidente conteúdo contestatório, como *O bêbado e a equilibrista* (Aldir Blanc e João Bosco, 1979), *Como os nossos pais* (Belchior, 1976), e *Cartomante* (Ivan Lins e Victor Martins, 1978) alcançaram ampla repercussão nacional. Ao privilegiar a atuação artístico-política de Elis Regina, Almeida e Santos problematizam a emergência de uma “História das Mulheres” associada a sofisticação dos estudos marxistas durante a década de 1960 – com a ampliação do seu escopo e definição de novos objetos de análise –, bem como aos movimentos de direitos civis, entres os quais, o feminismo restrito de Simone de Beauvoir⁵, mas que também remetem às mobilizações populares de períodos anteriores.

No entanto, o valor funcional da arte não está circunscrito ao seu conteúdo lírico e/ou informacional. Situa-se, isso sim, em um espaço indeterminado e intersubjetivo, em que se articulam questões objetivas – materiais e suportes – e simbólicas. É, pois, sobre o novo estatuto da atividade artística e da experiência estética, instaurado ainda na primeira metade do século passado, que trata o artigo “CRONOLOGIA DA DISSOLUÇÃO. ARTE E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA NO SÉCULO XX”, dos historiadores Thiago Costa e Ariadne Marinho. Na primeira metade do século XX, notadamente entre as décadas de 1950 e 1960, o empenho por uma delimitação mais precisa das realizações do artista tornou-se mais complexa, movediça. Com trabalhos desafiadores, autores como Claus Oldenburg, Robert Rauschenberg e Andy Warhol – aditando as trincheiras abertas por Marcel Duchamp – promoviam fortes tensionamentos ao entendimento tradicional da identidade artística e, assim, dificultavam qualquer iniciativa de estabilização de seus conteúdos ou juízos.

Tratava-se de um momento singular na história e no sistema das artes, marcado por escândalos e rupturas institucionais – o deslocamento do centro das artes, de Paris para Nova Iorque, entre as décadas de 1940 e 1950, por exemplo, era apenas um dos sintomas –. Essas transformações sinalizavam para os efeitos da decepção com o pensamento racionalista moderno. As novas correntes artísticas refletiam ao mesmo tempo em que alimentavam as críticas ao racionalismo e aos modelos de explicação do mundo e da realidade baseados em noções de inovação e progresso, ideais derivados em maior ou menor medida da filosofia Ilustrada do século XVIII. Com efeito, diversos autores assinalaram a ausência de uma teoria-paradigma determinada – no sentido de Arthur Danto e Thomas Kuhn – como uma das características centrais da arte desde então, o que implicava em uma fragmentação das

⁵Refiro-me ao feminismo de Beauvoir como “restrito” baseando-me nas considerações de Yasmin Silva, para quem a reivindicação de Beauvoir restringia-se à situação das mulheres brancas europeias.

práticas artísticas. Mas a experiência da dissolução identificava não apenas o ofício do artista. Nota-se seus efeitos tanto na história, notadamente em suas formas narrativas, quanto no interior das ciências naturais, em particular em seus modelos de inteligibilidade dos dados, em seus processos de funcionamento e métodos disciplinares.

Em “PALAVRA PÚBLICA, ENTRE O DESVIO E A REOBJETUALIZAÇÃO: UMA TRAMA PARA O LETREIRO LUMINOSO NA ARTE CONTEMPORÂNEA”, Rodrigo Maceira discute as apropriações artísticas do letreiro luminoso na segunda metade do século XX. Derivado das correntes vanguardistas, o tratamento criativo da palavra, tornada palavra-mídia, carregava o mesmo sentido de subversão e embaralhamento das fronteiras entre a arte e a vida, entre o trabalho e o lazer, que a arte de vanguarda e os pensadores marxistas se propunham à época. De sua origem como realização científica e seu uso mais amplo em meios publicitários, Maceira identifica o movimento situacionista e arte conceitual como as correntes criativas pioneiras no emprego da palavra iluminada enquanto suporte para as mais variadas experimentações e propostas poéticas. Entre os situacionistas, as proposições artísticas encerravam uma crítica ativa aos efeitos da sofisticação tecnológica nos modos de vida e cultura, notadamente no mundo ocidental. Havia, pois, uma aguda reflexão acerca das transformações da própria contemporaneidade. Nessa perspectiva, as letras iluminadas contrastavam com a onipresença das imagens e a fragmentação dos sentidos em uma sociedade espetacularizada. Ao optar pelo manejo poético de palavras e frases, os artistas desafiavam o observador, impondo outros modelos de apreensão e inteligibilidade das mensagens pela leitura ordenada. E, assim, apelavam para uma reforma da própria sociedade.

A centralidade do observador, seja nas artes visuais, seja nas ciências naturais, é o que move o artigo “OBSERVING IN PHYSICS AND IN ARTS”, de Sheldon Richmond. Filósofo canadense, especialista em tecnologia da informação, Richmond avaliou o papel da observação nos processos de medição e inteligibilidade dos dados observados, aproximando a física moderna à arte modernista. Assim, na primeira parte de seu texto, apresenta uma breve história das teorias da Mecânica Quântica e, na seção seguinte, discute a função da observação nas experiências artísticas da segunda metade do século XIX e primeiros anos do século XX. Richmond percebe uma similaridade aí. Para o filósofo, o ato da observação está distante de qualquer pretensão de neutralidade, já que as formas de apreensão e inteligibilidade dos dados da percepção demandam uma determinada aparelhagem – cognitiva ou tecnológica – de mediação, cujos referenciais constituem-se historicamente. Isto é, são fornecidos pela tradição. Logo, carregam implicações de uma “theory-laden” no sentido original de Norwood Russell Hanson – mas também presente em Thomas Kuhn –. Ao

acompanhar as diferentes interpretações acerca do comportamento dual das entidades subatômicas – onda e partícula –, Richmond apoia-se na progressiva desmaterialização daqueles referenciais convencionais de entendimento da natureza que amparavam a experiência e/ou que mediavam a relação subjetiva com a realidade material, para argumentar a favor da analogia da ciência com a arte. De fato, a primeira metade do século XX foi de transformações radicais, não apenas no âmbito físico, mas, sobretudo, na percepção do mundo e da realidade.

Na verdade, desde o século XIX o ideal naturalista – de reprodução fiel dos diversos aspectos do mundo natural – começava a ser questionado, tanto na arte quanto na ciência. E uma aguda crise de representação atingia ambas as áreas. Ainda ao final do século XIX a descoberta quase acidental do raio-x por Röntgen, em novembro de 1895, incorporou à física e às ciências naturais um duplo questionamento, já comum à artistas e filósofos: o da conformação de uma estrutura subjacente à materialidade da superfície visível do mundo e a subsequente insuficiência da percepção humana na captação dessa realidade oculta. A teoria atomista de Leucipo e Demócrito já era corrente no século VI antes da era cristã. Mas foi no oitocentos que John Dalton formulou sua teoria atômica. Em 1896, Henri Becquerel detectou os primeiros sinais de radioatividade e, no ano seguinte, 1897, que Joseph Thomson (1856-1940) identificou o elétron, a primeira partícula subatômica classificada. Em 1898, o casal Pierre e Marie Curie efetuou o isolamento das partículas de rádio e confirmou a existência também do polônio. Junto com Rutherford, os Curie desenvolveram a teoria do decaimento radioativo. Doravante a compreensão popular da matéria ficaria cada vez mais abalada: a imagem de estabilidade e solidez era gradualmente substituída com o êxito das pesquisas em físico-química.

Deste modo, a realidade e/ou as antigas realidades experimentavam um processo efetivo de metamorfoses, fundamentando então uma nova era de apostasias: a perda da fé no homem como centro da criação, em Deus como o criador, e no progresso, como orientação e destino inevitável da humanidade. A repercussão no imaginário e a incidência nas expressões culturais, notadamente nas artes visuais e na literatura, abriu caminhos para a exploração de modelos alternativos de vida e, sobretudo, de entendimento do mundo. Uma mudança que atingia tanto a imagem tradicional da natureza quanto a sua inteligibilidade.

Mas a analogia em Sheldon Richmond, mais que operar uma forçada aproximação entre arte e ciência, consiste precisamente em seu contrário: com a especificação mais criteriosa da atuação dos campos, compreende-se suas idiossincrasias, suas complexidades e singularidades.

Este dossiê, embora de alcance limitado, soa constituir-se um manifesto. Apelamos por novas dimensões do afazer político em que as identidades e as subjetividades adquiram centralidade. A disputa pela “verdade sobre o mundo” consiste em uma disputa entre diferentes concepções de mundo. Diferentes identidades e posições sociais formulam variados tipos de conhecimentos, mobilizam saberes individuais, articulando experiências específicas⁶. Ao almejarmos uma nova ordenação social, enfatizamos a importância dos saberes e experiências de comunidades historicamente subalternizados e silenciados pelo modelo de racionalidade patriarcal e eurocentrado.

Completam esta edição da Revista Outras Fronteiras a entrevista conduzida por Bruno Miranda e Jadir Carneiro com o palestrante, *youtuber* e *podcaster*, Thiago Torres, conhecido como “Chavoso da USP”. Em artigos livres, as importantes pesquisas de Andreia Suris e Eduardo Cristiano Hass da Silva, “ADIVINHAÇÃO, CURA E FEITIÇARIA: DENUNCIÇÕES SOBRE PRÁTICAS MÁGICAS NA ÚLTIMA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA (GRÃO-PARÁ, 1763-1769)” e, de Alexandre Borella Monteiro, “A GUERRA DO PARAGUAI: TERIAM AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS MATADO MAIS DO QUE AS ARMAS?”. Em Relatório PIBIC, a significativa contribuição de Robson dos Santos Oliveira e Douglas Mota Xavier de Lima, com “OS QUADRINHOS ESTÃO NA ESCOLA? A INSERÇÃO DOS QUADRINHOS EM ESCOLAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA”.

Esperamos, com a edição que ora se apresenta, demonstrar a extensão das pesquisas em ciências humanas e sociais e a imprescindibilidade do diálogo da história com outros campos disciplinares, incluindo aí as ciências naturais. Não apenas no sentido de ampliação dos conhecimentos adquiridos, senão como problematização do caráter ético e estético da epistemologia contemporânea, isto é, de um saber feito e formado por pesquisadores que se mantenham críticos e engajados com a sua atualidade.

⁶ALCOF, Linda Martin. “Uma epistemologia para a próxima revolução”. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016; pp. 129-143.